



Revista dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Plataformização do Trabalho Docente na Amazônia Paraense durante a Pandemia da Covid-19: choro, criança e panela de pressão

Platformization of Teaching Work in the Amazon of Pará: crying, child, and pressure cooker.

Ádima Farias Rodrigues Monteiro¹

Iara Monteiro Moraes²

Robert Damasceno Monteiro Rodrigues³

Resumo:

Este artigo analisa a plataformização do trabalho docente na Amazônia Paraense durante a pandemia da covid-19. Partindo de pesquisa socioantropológica com abordagem etnográfica realizada com professoras e professores da educação básica no período de implementação do ensino remoto foi possível perceber que a plataformização do trabalho aguçou desigualdades de gênero e de renda já pré-existentes na realidade, que se sobrepuseram no ambiente doméstico no contexto de suspensão das aulas presenciais. Concluímos que o Estado gestou mais crise e precarização na educação básica ao transferir suas responsabilidades quanto à plataformização do ensino para as trabalhadoras, os trabalhadores e os responsáveis dos estudantes, porém sobre as professoras que são mães, filhas e/ou esposas houve multiplicação de outros trabalhos.

Palavras-chave: Plataformização do trabalho. Trabalho docente. Pandemia da covid-19. Educação básica. Professoras.

Abstract:

This article analyzes the platformization of teaching work in the Amazon region of Pará during the COVID-19 pandemic. Based on a socio-anthropological study with an ethnographic approach conducted with basic education teachers during the implementation of remote teaching, it was possible to observe that the platformization of work intensified pre-existing gender and income inequalities, which became even more prominent within the domestic environment during the suspension of in-person classes. We conclude that the State generated further crisis and precarization in basic education by transferring its responsibilities regarding the platformization of teaching to workers and to students' caregivers. However, for women teachers – who are also mothers, daughters, and/or wives – there was a multiplication of additional forms of labor.

Keywords: Platformization of work. Teaching work. COVID-19 pandemic. Basic education. Teacher.

¹Mestra em Sociologia e Antropologia (Universidade Federal do Pará) Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1498918914717038> Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-4346-0230> Email: adimafmonteiro@gmail.com

²Graduanda em Psicologia (Centro Universitário Metropolitano da Amazônia). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1804031067007850> Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-6227-187X> Email: iaramonteimoraes@gmail.com

³Doutorando em Psicologia (Universidade Federal do Pará). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7478023435534458> Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1830-9404> Email: robertdr.psi@gmail.com



Plataformização Informal do Trabalho Docente na Amazônia Paraense durante a Pandemia da Covid-19: Choro, criança e panela de pressão

Ádima Farias Rodrigues Monteiro; Iara Monteiro Moraes; Robert Damasceno Monteiro Rodrigues

Introdução

Ah! Foi uma loucura. Misturou tudo. Juntou o meu trabalho, agora feito tudo pelo computador ou pelo celular, com o trabalho de casa, com o filho. Bagunçou todos os horários. Chegou uma hora que eu sinceramente não via a hora de poder voltar para a escola. O presencial é muito mais leve que o remoto [...]. Ficamos sem horário. Eu não deixo ninguém sem resposta. Eu respondia aluno à meia-noite. Como eu estava no remoto, me sentia na obrigação de responder (Melinda², Ananindeua, conversa em observação de campo em 10 de fevereiro de 2022).

A fala acima é da professora Melinda. Destacamos este trecho da entrevista para demonstrar como ela refletiu sobre a realização do trabalho docente por meio de tecnologias da informação e comunicação. Assim como para Melinda, esta realidade se colocou para as professoras e professores do Brasil inteiro, por maior ou menor tempo, pois, no contexto da pandemia da covid-19, as instituições de ensino suspenderam suas atividades presenciais para evitar aglomeração de pessoas e a disseminação do vírus.

Para viabilizar a garantia do direito fundamental à educação e retomar algum funcionamento durante meses de maior número de contaminação e óbitos, as instituições de ensino precisaram se adaptar aos meios virtuais. Neste cenário, as profissionais e os profissionais da educação do Estado do Pará foram orientadas e orientados ao distanciamento social até julho de 2021, enfrentando assim alterações profundas em suas relações sociais e de trabalho durante todo este período.

Com o acesso presencial à escola impossibilitado, professoras/es e estudantes passaram a reinventar aquela realidade a partir de suas residências. Assim também ocorreu na realização de outras profissões, acelerando o processo de plataformização do trabalho, que já vinha em curso. No Estado do Pará, por meio da implementação do ensino remoto³ no período de janeiro a julho de 2021, a educação básica migrou em péssimas condições para o meio virtual. Buscaremos argumentar no decurso deste artigo que este cenário explicita o processo de plataformização do trabalho (Abílio *et al.*, 2021) no

² Nome fictício assim como todos os outros nomes atribuídos a interlocutores da pesquisa, pois utilizamos o anonimato.

³ Ensino remoto é um diminutivo do conceito de Ensino Remoto Emergencial. Para saber mais sobre o conceito, ver Hodges et al, 2020; Arruda, 2020; e Paiva, 2020.



Plataformização Informal do Trabalho Docente na Amazônia Paraense durante a Pandemia da Covid-19: Choro, criança e panela de pressão

Ádima Farias Rodrigues Monteiro; Iara Monteiro Moraes; Robert Damasceno Monteiro Rodrigues

universo da docência. Como desdobramento deste fenômeno, ao analisarmos o deslocamento do ensino público para o espaço privado, instalando-se na casa de professores e estudantes, além da flexibilização e precarização da jornada de trabalho, conforme mencionado por Melinda, constatamos o afloramento de outras contradições, tais como a desigualdade de gênero e a desigualdade de renda. Este será o foco deste artigo, que tem por objetivo demonstrar como a plataformização do trabalho docente através da implementação do ensino remoto respaldou a feminização do magistério⁴ e a feminização do trabalho de cuidados.

Este texto nasce de elementos contidos na dissertação de mestrado da primeira autora, acrescido do diálogo com o conceito de plataformização do trabalho, para o qual ingressaram as contribuições dos demais autores. Importante ressaltar que o estudo parte de uma abordagem etnográfica, assumindo a posição de nativa-etnógrafa (Peirano, 2014), visto ser a primeira autora professora da educação básica. Assim sendo, para não descaracterizar este estilo, destacamos que todas as vezes em que aparecer no texto algum diálogo entre a experiência das/dos interlocutoras/es com a autora estaremos nos referindo à experiência vivida pela primeira autora do artigo e, deste modo, ele será descrito em primeira pessoa.

A pesquisa de campo que dá as bases empíricas para este artigo foi realizada ao longo dos anos de 2020 a 2022, por meios virtuais, mas também presencialmente a depender das condições sanitárias. O contexto pandêmico também implicou nas técnicas de pesquisas acionadas. Utilizamos rodas de conversa e entrevistas que, por sua vez, foram impactadas pelas interferências das/os interlocutoras/es da pesquisa.

Assim sendo, o artigo está organizado em dois tópicos: 1. “Plataformização do trabalho docente: a palavra é essa – adaptação”, que demonstra como professoras e professores foram individualmente responsabilizados pela reorganização do trabalho em

⁴ Processo histórico em que mulheres brancas e de classe média passaram a ocupar o magistério no início da industrialização, sustentado pela ideia de que ensinar era uma extensão natural do cuidado exercido no ambiente doméstico. A profissão foi atribuída às mulheres por ser entendida como decorrência “inerente” da maternidade, devendo ser realizada por amor e não por reconhecimento financeiro, diferentemente de outras atividades laborais. Para mais informações, ver Vianna (2013), Louro (2014) e Lins *et al* (2016).



Plataformização Informal do Trabalho Docente na Amazônia Paraense durante a Pandemia da Covid-19: Choro, criança e panela de pressão

Ádima Farias Rodrigues Monteiro; Iara Monteiro Moraes; Robert Damasceno Monteiro Rodrigues

tecnologias digitais; e o 2. “Plataformização do trabalho docente, interseccionalidade, trabalho de cuidados e trabalho doméstico na vida das professoras”, que analisa o modo como a difusão da plataformização do trabalho docente evidenciou o atravessamento de gênero que se desdobra na concentração de trabalhos de cuidados emergidos na e pela pandemia, bem como a responsabilização das mães professoras pelo acompanhamento das aulas de seus/suas filhos/as.

Plataformização do trabalho docente na pandemia: a palavra é essa – adaptação

Era janeiro de 2021 quando fomos informadas que o ano letivo que seguiria nas escolas da rede pública estadual funcionaria por meio remoto. Já havíamos passado todo o ano de 2020 com muitas idas e vindas. Foram vários informes transmitidos a nós sobre como proceder durante a pandemia. Eram orientações incertas que nem sabíamos se não seria mais uma daquelas em que o governo informava uma decisão, colocava as unidades escolares para executar e, na semana seguinte, voltava atrás tornando todo o planejamento em trabalho em vão.

Naquela data, a única coisa concreta que já tínhamos recebido era um *login* de e-mail institucional com domínio da Secretaria de Educação do Pará (Seduc). Enquanto imaginávamos que iríamos passar por inúmeras formações para aprender a manusear as tecnologias necessárias, de repente, para minha surpresa e de colegas, as unidades escolares em que trabalhávamos entraram em período de planejamento e enviaram novas grades de horários em que tínhamos de uma a duas horas em dias diferentes para “dar aula” para várias turmas. Neste movimento, cada escola recomendava formas diferentes de se chegar aos estudantes. Com essas orientações, era dado como executado o planejamento anual e caberia às professoras e aos professores executarem o trabalho.

É por isso que a expressão: “a palavra é essa – adaptação” está contida no título deste tópico. Eu a ouvi da professora Angélica no dia em que visitei a escola Calêndula. Angélica foi uma das poucas professoras daquela escola com quem fiz contato prévio pelo *whatsapp*, convidando-a a participar da pesquisa, mas ela não me deu retorno, então fui à



Plataformização Informal do Trabalho Docente na Amazônia Paraense durante a Pandemia da Covid-19: Choro, criança e panela de pressão

Ádima Farias Rodrigues Monteiro; Iara Monteiro Moraes; Robert Damasceno Monteiro Rodrigues

escola imaginando que não contaria com sua colaboração na pesquisa e que, talvez, nem fosse encontrá-la.

No entanto, quando cheguei à escola, ela estava lá e, assim que me viu, pediu desculpas, pois lembrou que não havia respondido minha mensagem. Após alguns minutos na sala de aula, pude perceber que esta professora estava na escola acompanhada de seu filho: um garoto de 6 a 8 anos, que entrava e saía da sala dos professores com muita familiaridade, demonstrando que frequentava o espaço de trabalho da mãe com uma certa regularidade.

Angélica leciona ciências biológicas, tem pele escura⁵ e idade entre 30 a 40 anos. Nesta escola, realizei uma roda de conversa com os colegas e ela foi entrando na conversa aos poucos, mas foi categórica ao sintetizar sua fala sobre o ensino remoto em uma palavra: “adaptação”. Esta foi a palavra que eu mais ouvi em todas as conversas que fiz. Cada uma e cada um contava à sua maneira como se deu este processo:

Olha, foi horrível. Para mim foi horrível. Me dei conta que eu era um analfabeto digital, totalmente avesso a essas coisas. Daí era uma pressão: faz isso, faz aquilo. Mas ninguém tinha ensinado como fazer. Eu tenho 25 anos de sala de aula e 15 de idade. Não foi fácil. Eu me estressei muito. Aquilo era uma perturbação na minha cabeça. (Osvaldo, Ananindeua, conversa em observação de campo em 01 de fevereiro de 2022).

Osvaldo é professor de história, à época tinha entre 50 e 60 anos, pele clara. Nós já estivemos vinculados à mesma escola e, pelo que percebi, ele foi um dos professores que mais apresentou dificuldades em manusear as ferramentas digitais. Ele brincou ao fazer alusão à sua idade, provocando riso em todos que estavam presentes, pois tendo 25 anos de exercício da profissão, sua idade é obviamente bem superior a 15 anos. Mas, a piada ajudou, naquele momento, a diminuir a tensão que ele trazia em sua própria fala. O professor falou da pressão que sofreu no trabalho por não ter sido ensinado a manusear as tecnologias digitais e usou a referência de ter “15 anos” para indicar a angústia de se ver como um iniciante em algo difícil.

⁵ Não fiz pergunta sobre o pertencimento étnico-racial das/dos professoras/es. As informações que se seguirão sobre esse aspecto foram inferidas por mim. Também nas conversas e entrevistas que realizei, elas e eles não relataram experiências em que o marcador racial ficasse em evidência.



Plataformização Informal do Trabalho Docente na Amazônia Paraense durante a Pandemia da Covid-19: Choro, criança e panela de pressão

Ádima Farias Rodrigues Monteiro; Iara Monteiro Moraes; Robert Damasceno Monteiro Rodrigues

A sua fala não é um caso isolado; ela se soma à voz de 15.654 docentes da educação básica no Brasil que participaram da pesquisa *Trabalho docente em tempos de pandemia*, realizada pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (Gestrado /UFMG) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE). Os dados da pesquisa foram coletados entre 8 e 30 de junho de 2020 e detectaram que 89% dos professores da rede pública não tinham experiência em trabalhar com ensino remoto antes da pandemia; 42% seguiam sem treinamento, aprendendo tudo por conta própria; e, para 21%, era difícil ou muito difícil lidar com tecnologias digitais (Gestrado/CNTE, 2020).

A fala de Osvaldo evidencia que, se tivesse respondido à pesquisa, ele estaria entre os 21%. Em termos geracionais, se considerarmos que, em 2022, ele já tinha 25 de magistério, quando iniciou sua carreira, nos anos 1990, vivíamos uma época em que ferramentas como *whatsapp*, *Google Meet* e *Gmail* não existiam e a internet ainda não ganhara a difusão dos dias atuais. O fato é que, no último período, este conjunto de tecnologias ganhou cada vez mais importância, não apenas como instrumento de entretenimento e comunicação, mas como ferramenta de trabalho.

Em meio à pandemia, pode ter soado estranho os/as docentes, como o professor Erick (2022), dizerem: “a gente teve que se adaptar. *Google Classroom*, *Google Formulários*, nada disso a gente sabia”. A verdade é que a educação à distância se tornou uma realidade no Brasil, principalmente no ensino superior, mas na educação básica, só se colocou o ensino remoto como uma possibilidade devido à prolongada permanência da pandemia do coronavírus e ao processo lento de imunização.

Nesse sentido, na ausência de uma política eficiente de capacitação que alcançasse a todas/os, as/os professoras/es tiveram suas próprias iniciativas e foram se adaptando à nova realidade de ensino:

Eu me sinto desafiada. Eu sempre gostei das tecnologias. É muito diferente começar a trabalhar virtualmente, porque eu estou em casa e eles estão na casa deles. Agora, esse desafio tem um preço e que não deveria estar sendo do professor. Meu orçamento financeiro foi totalmente impactado [...] eu tive que gastar, daí eu achei que comprando um celular estava tudo resolvido, mas que nada, não deu. Daí eu tive que comprar um computador. Eu estou toda endividada. Vou estar com dívida dessa pandemia até o ano que vem. Até minha



Plataformização Informal do Trabalho Docente na Amazônia Paraense durante a Pandemia da Covid-19: Choro, criança e panela de pressão

Ádima Farias Rodrigues Monteiro; Iara Monteiro Moraes; Robert Damasceno Monteiro Rodrigues

internet eu tive que trocar, eu tinha uma internet de 2 megas, tive que passar para um pacote de 35 megas (Eunice, Ananindeua, entrevista em 29 de outubro de 2020).

Eunice é professora da educação especial e mãe solo, de pele clara e idade entre 30 a 40 anos. Ela foi categórica ao afirmar a necessidade que se impôs de comprar novos equipamentos, gerando-lhe dívidas que passaram para o ano seguinte. Do mesmo modo, também contraiu um gasto maior e permanente com o consumo de internet, pois precisou adquirir um pacote de 35 megas, quando, antes da pandemia, o pacote utilizado de apenas 2 megas era suficiente para seu consumo familiar.

O custo que Eunice teve adquirindo equipamentos eletrônicos ou uma internet mais potente, extrapolando seu orçamento e, por conseguinte, administrando dívidas, foi em função de criar a logística necessária para viabilizar a realização das aulas remotas. Isso evidencia, portanto, que o custo das novas tecnologias de informação e comunicação necessárias para viabilizar as aulas remotas – de competência do Estado – ficou a cargo das professoras e professores. Além de empregarem sua força de trabalho e disporem de suas casas para ministrar aula, as/os docentes tiveram que tirar dos seus salários para viabilizar suas condições de trabalho, ou seja, a responsabilidade de garantir a infraestrutura necessária para a realização das aulas por meios digitais foi individualizada.

Deste modo, foram as professoras e os professores que arcaram com os custos da plataformização de seus trabalhos. Ainda assim, mesmo com todo esse desprendimento – financeiro, de tempo e aprendizado – o ensino remoto não foi viabilizado, afinal, o ensino-aprendizado é um processo que não depende apenas do professor. Segundo a professora Melinda, “o professor até consegue ter acesso à internet, mas e o aluno? O aluno não tinha nem comida, quanto mais acesso à internet” (2022).

Essa fala pode soar alarmante e, aos olhos de alguns, exagerada, mas de fato a falta de alimentos é uma realidade de uma parcela significativa dos estudantes de escolas públicas – e que foi agravada diante da grave crise econômica aguçada com a pandemia de 2020. Isso reforça o argumento de que a desigualdade digital espelha desigualdades mais profundas como, neste caso, a situação de fome e insegurança alimentar.

Desigualdade digital é um conceito elaborado por Carolina Parreiras e Renata



Plataformização Informal do Trabalho Docente na Amazônia Paraense durante a Pandemia da Covid-19: Choro, criança e panela de pressão

Ádima Farias Rodrigues Monteiro; Iara Monteiro Moraes; Robert Damasceno Monteiro Rodrigues

Macedo (2020a; 2020b), que serve para analisar a falta de acesso à internet e aos aparelhos eletrônicos necessários para acessá-la, considerando como marcadores da desigualdade a falta de condições financeiras para aquisição das ferramentas digitais e a falta de conhecimento para o seu manuseio. Para as autoras, a desigualdade digital é um espelho de desigualdades sociais mais profundas, ou seja, as pessoas que estão excluídas do acesso ao mundo virtual são pessoas que já vivem um cotidiano de exclusões, entre elas de escolaridade e de renda (Parreiras & Macedo, 2020a; Parreiras & Macedo, 2020b; Macedo, 2021).

Portanto, diante da desigualdade digital – seja porque nem todos os professores conseguiam dominar as ferramentas digitais, seja porque a maioria dos estudantes não condições financeiras para acessá-las – a saída, como nos disse o professor Erick (2022), “foi utilizar o *whatsapp*”. Assim, as aulas que deveriam ter ocorrido através do *Google Meet*, *Google Classroom* ou *Google Forms* foram adaptadas para o *whatsapp*, transformando-se turmas de alunos em grupos virtuais. Entre professores e alunos, a desigualdade digital se tornou uma das características fundamentais do processo de plataformização do trabalho docente. Mas ela não foi a única. Vejamos como algumas contradições derivadas desse processo se desdobraram no âmbito privado, doméstico e familiar na casa das professoras e professores.

“Nossa casa não foi organizada para dar aula”

Em campo, quando perguntamos sobre como tinha sido “dar aula” a partir de sua própria casa, obtivemos uma diversidade de respostas, pois cada uma e cada um, ao lançar-se nessa aventura pedagógica, estava interagindo com suas famílias, e os arranjos familiares, por sua vez, são os mais diversos. Foi então que percebemos dois destaques: 1. A ênfase quanto à necessidade de um espaço físico para realizar o trabalho e; 2. A dificuldade de conciliar o tempo de trabalho remunerado com a dinâmica da casa. Segundo o professor Geraldo:

Foi horrível, porque em casa a gente tem outra rotina. O professor estava lá para dar aula, mas não era só para dar aula: “Amor, o arroz!”, “Amor, tem alguém batendo na porta!”, “Amor, tem a Alice para buscar na escola”. Dar aula de casa



Plataformização Informal do Trabalho Docente na Amazônia Paraense durante a Pandemia da Covid-19: Choro, criança e panela de pressão

Ádima Farias Rodrigues Monteiro; Iara Monteiro Moraes; Robert Damasceno Monteiro Rodrigues

é muito ruim de conciliar porque a rotina de trabalho é uma e a rotina da casa é outra (Geraldo, Ananindeua, conversa em observação de campo, 1 de fevereiro de 2022).

Geraldo é professor de matemática e seu relato demonstrou a dificuldade em conciliar a rotina da casa com a rotina de trabalho. Embora ele nos revele seu envolvimento com a rotina da casa ao ser chamado por sua esposa para realizar determinadas atividades que, ao que parece, ocorriam no mesmo horário em que ele deveria estar dando aula, “o professor estava lá, mas não era só para dar aula”. O seu relato guarda aproximações com o de Melinda, o qual inicia este texto, pois ambos ressaltam o choque entre rotinas diferentes, que ficaram perceptíveis e geraram conflitos na medida em que o trabalho remunerado da professora e do professor passaram a ser exercidos de dentro de casa.

É interessante, porém, notar a diferença de como ambos entendem a responsabilidade na realização dos afazeres domésticos. Geraldo precisa ser chamado para olhar o arroz, para abrir a porta e para lembrar de buscar a filha na escola. Enquanto Melinda já parte do pressuposto de que essas tarefas são suas: “Juntou o meu trabalho, agora feito tudo pelo computador ou pelo celular, com o trabalho de casa, com o filho”. Foi este destaque que a professora fez para explicar o que ela adjetivou de “loucura”. Além disso, ela prosseguiu sua fala contando como lidou com a realização das aulas de seus filhos também a partir da sua casa:

Eu tenho um filho que estuda aqui (referindo-se ao seu local de trabalho). Ele tem 17 anos. Ele é bem estudioso. Mas, com o passar do tempo, ele foi se desmotivando. O outro filho tem 9 anos, estuda em outra escola. Era uma dificuldade colocar ele para estudar [...]. Ele corria na minha frente e eu corria atrás dele, e ele me dizia: “eu não quero isso mãe, isso é muito chato”. Como é que tu vais fazer para uma criança de 9 anos ficar concentrado assistindo aula no computador? Eu tentei, tentei e desisti. Não teve jeito. Foi um ano perdido. Eu fui à escola dele, cancelei a matrícula. (Melinda, Ananindeua, conversa em observação de campo em 10 de fevereiro de 2022).

Melinda ocupa a função de coordenadora da unidade de ensino em que trabalha. Ela é mãe de dois filhos, um de 17 e outro de 9 anos. Ela não fez menção, em momento algum, se dividia a chefia da casa com outra pessoa, mas ficou evidente que o trabalho doméstico, o trabalho de cuidados e o acompanhamento das aulas do filho mais novo



Plataformização Informal do Trabalho Docente na Amazônia Paraense durante a Pandemia da Covid-19: Choro, criança e panela de pressão

Ádima Farias Rodrigues Monteiro; Iara Monteiro Moraes; Robert Damasceno Monteiro Rodrigues

ficaram sob sua responsabilidade. O Estado, através da plataformização do trabalho docente, invadiu a casa dessa professora por dois caminhos: por um lado, passou a exercer seu trabalho remunerado na função de coordenadora pedagógica a partir de casa e, por outro, tornou-se indispensável na viabilização da “sala de aula” de seus filhos, principalmente o menor, que não conseguia ficar sentado diante do computador.

Melinda, mesmo sendo profissionalmente capacitada na área da educação, se viu sobrecarregada com a sobreposição e a multiplicação de funções e, ao final, renunciou ao trabalho de acompanhar a realização das aulas remotas do filho de 9 anos, pois isso significava assumir o papel de professora de seu filho devido às limitações que o ensino remoto trouxe para a realidade, eliminando a interação presencial entre estudantes e professores. Ela foi enfática ao destacar o desfecho final: “eu tentei, tentei e desisti. Não teve jeito. Foi um ano perdido. Eu fui à escola dele, cancelei a matrícula”.

O que fazer quando a mulher, que exerce a profissão de professora, o trabalho doméstico e o trabalho de cuidado, tem todas essas atividades multiplicadas e sobrepostas dentro da sua casa? Partindo do que nos diz Melinda, na prática, essas três dimensões de sua vida foram inconciliáveis. Quando ela percebeu que todos aqueles trabalhos não cabiam dentro de um dia, ela priorizou o trabalho remunerado.

Considerando sua decisão final de desistir de tentar engajar o filho com a escola, fica explícito que o trabalho que gera renda é priorizado em detrimento do trabalho de garantir a permanência do filho em frente às telas para realizar a atividade escolar, o que, no contexto do isolamento social, era mais uma tarefa atribuída a ela. A indissociabilidade entre as questões de classe, gênero e geração são perceptíveis no cotidiano, mas, na experiência de Melinda, o trabalho remunerado, que está diretamente relacionado a sua posição de classe, se sobressaiu perante as demais atribuições.

Pretendemos demonstrar também como a sobrecarga de trabalho foi percebida e exercida por cada uma das professoras entrevistadas. Além disso, entender como cada professora ou professor criou estratégias para esse período turbulento em que, pelas adaptações que a pandemia implicou em suas vidas, teve que ser trabalhador/a, mãe ou pai, dona de casa, substituta do/a professor/a e cuidadora de seus filhos, de idosos, tudo



Plataformização Informal do Trabalho Docente na Amazônia Paraense durante a Pandemia da Covid-19: Choro, criança e panela de pressão

Ádima Farias Rodrigues Monteiro; Iara Monteiro Moraes; Robert Damasceno Monteiro Rodrigues

no mesmo espaço e ao mesmo tempo. Angélica, professora de biologia, reflete sobre sua própria experiência da seguinte forma: “Foi horrível. Naquele período nós tínhamos choro, criança e panela de pressão na nossa cabeça e os alunos também [...]. Nossa casa não foi organizada para dar aula” (2022).

Isso demonstra, mais uma vez, o peso do acúmulo de atribuições sobre as mulheres professoras, uma vez que tiveram que conciliar a atividade docente com os trabalhos domésticos e de cuidados. Mais uma vez, é notória a diferença de percepção entre professoras e professores sobre as implicações da transformação da residência em ambiente de moradia e de trabalho. Erick, professor de geografia, fez o seguinte relato: “Realmente, dar aula em casa não tem condições. Eu tive a sorte de que a secretária de casa foi embora. Então, eu pude adaptar o quarto que era dela para uma sala de trabalho, senão eu estava lascado (2022)”.

A secretária que Erick menciona é a figura da trabalhadora doméstica, profissão que se destacou no universo de desempregadas durante a pandemia, alcançando 1,6 milhões em todo o Brasil (Dieese, 2021). Apesar de mencionar a partida da “secretária”, o professor não menciona quem na família assumiu as atribuições que competiam a ela, e conta essa partida como “sorte,” pois liberou um cômodo da casa para que ele pudesse transformar em uma sala de trabalho.

Desse modo, fica explícito que o professor estava preocupado com a instalação de uma sala de trabalho e esta foi a nova funcionalidade atribuída ao cômodo da casa que antes era o quarto da empregada doméstica. Fica evidente também que a realização do trabalho doméstico não era o que preocupava o professor naquele momento. Ao que parece, a única atividade laboral da qual parece ter se ocupado foi o exercício do magistério.

Diferentemente, Geraldo foi o único professor que mencionou dificuldades na rotina do dia a dia devido à realização de atividades domésticas. Os demais professores homens mencionaram várias dificuldades, mas todas relacionadas estritamente ao exercício do magistério e à adaptação às demandas digitais. Quanto às professoras, a maioria destacou a sobrecarga de trabalho associada à função docente, acumulada com os



Plataformização Informal do Trabalho Docente na Amazônia Paraense durante a Pandemia da Covid-19: Choro, criança e panela de pressão

Ádima Farias Rodrigues Monteiro; Iara Monteiro Moraes; Robert Damasceno Monteiro Rodrigues

trabalhos domésticos e de cuidados, sendo estes com os/as filhos/as e/ou idosos/as.

Luísa Dantas (2016), em sua tese de doutorado, intitulada *As Domésticas vão acabar? Narrativas biográficas e o trabalho como duração e intersecção por meio de uma etnografia multi-situada – Belém/ PA, Porto Alegre/ RS e Salvador/BA*, analisa o modelo familiar patriarcal que coloca o homem como o provedor financeiro do lar e a mulher como a responsável pela manutenção do lar, sendo ela a cuidadora dos membros da família, da alimentação, da higiene e da casa. Segundo a autora, esse modelo vem sendo tensionado com a entrada destas “chefes do lar” no mercado de trabalho, contudo sem a equiparação dos serviços domésticos e de cuidados entre homens e mulheres, o que tem provocado, em muitos lares, a terceirização dos serviços domésticos, levando ao crescimento do trabalho realizado por empregadas domésticas no Brasil.

Para a antropóloga, os dados estatísticos relativos ao emprego doméstico no Brasil demonstram a centralidade desta atividade laboral, correspondendo a mais de 6% da população ocupada no país e a, aproximadamente, 12% no mundo. A partir destes dados e aprofundando a sua análise, ela afirma que a permanência do trabalho doméstico corresponde ao racismo estrutural que se perpetua ao longo dos séculos associado ao patriarcado, à misoginia e à desigualdade de gêneros.

Do mesmo modo, a prevalência majoritária de mulheres na condição de trabalhadora doméstica, assim como a prevalência de mulheres na condição de professora, é um indicativo da realidade que evidencia a existência da divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2010; Hirata, 2009, 2011, 2016, 2018, 2020). Muito embora hoje em muitas profissões remuneradas as mulheres sejam a maioria, esta divisão sexual do trabalho ainda persiste, pois estas mesmas profissões são entendidas como menos importantes e são menos valorizadas, o que é possível verificar pela remuneração dos/as profissionais que ocupam estes postos de trabalho. No campo da educação, basta observar que há uma predominância de mulheres na educação infantil, alcançando 97,2% nas creches e 94,2% na pré-escola (Inep, 2023). Este é o nível educacional em que a remuneração é mais baixa e concentra os piores salários entre profissões de nível superior, sendo a média nacional em torno de R\$ 2.285,00 (Nunes, 2023).



Plataformização Informal do Trabalho Docente na Amazônia Paraense durante a Pandemia da Covid-19: Choro, criança e panela de pressão

Ádima Farias Rodrigues Monteiro; Iara Monteiro Moraes; Robert Damasceno Monteiro Rodrigues

A seguir apresentamos um retrato corporificado desta realidade, chamamos atenção para o dilema da professora, que acumula sobre si inúmeros trabalhos e, com o auxílio de uma abordagem interseccional, iremos observar que são reveladores de outras desigualdades e assimetrias.

“A gente fez coisa que não era nossa obrigação fazer, mas a gente fez”

A frase que dá título a esta seção é da professora Maria. Destacamo-la porque ela sintetiza um outro tipo de trabalho atribuído às docentes que deveria ter sido assumido pelo Estado. Maria usou essa expressão para nos contar sobre uma situação que se apresentou para ela durante o ensino remoto:

Olha, teve um caso de um aluno que a mãe ligou para dizer que ele estava passando por um quadro de depressão, pedindo para dar uma atenção especial a ele. Então, eu ia na hora da minha aula, passava o conteúdo para a turma e em seguida eu ia no “pv” (expressão para designar mensagens privadas) dele: “E aí, Fernando?”. Para saber se ele estava acompanhando. Às vezes, ele respondia logo; às vezes, ele demorava, demorava, e eu preocupada. Tinha vezes que ele ia me responder lá pela meia-noite, eu já estava me aquietando para dormir, mas daí eu pensava, “não, mas eu tenho que responder este aluno, né, vai que?”. Então, quer dizer, até isso a gente fez. Eu tive maior atenção com ele [...]. Ou seja, a gente fez coisa que nem era nossa obrigação fazer, mas a gente fez (Maria, Ananindeua, conversa em observação de campo em 01 de fevereiro de 2022).

O estudante Fernando tinha contato com professoras e professores por meio virtual e eu, na ocasião do campo, tive contato com vários destes profissionais através de uma roda de conversa, mas apenas a professora Maria contou que foi solicitada pela mãe do estudante para dar uma atenção especial devido ao estado depressivo do aluno. O quadro de adoecimento mental das/dos estudantes foi algo recorrente. Dentro deste contexto, é importante também considerar a experiência da professora Eunice:

Eu fui chamada na casa de um aluno que estava se mutilando. Eu fui lá. Cheguei lá e perguntei: “Por que você está se cortando?”. Ele disse: “Eu queria ir para a escola”. No autismo, existe taxa muito elevada de suicídio quando eles regridem. Foi horrível ver aquela criança mutilada. Antes da pandemia, ele estava bem. Eu só não chorei porque a gente tem que ser forte. Depois que eu estive lá, ele parou de se cortar (Eunice, Ananindeua, entrevista em 29 de outubro de 2020).



Plataformização Informal do Trabalho Docente na Amazônia Paraense durante a Pandemia da Covid-19: Choro, criança e panela de pressão

Ádima Farias Rodrigues Monteiro; Iara Monteiro Moraes; Robert Damasceno Monteiro Rodrigues

Ao ouvir Eunice, percebi que ali havia uma particularidade, pois os estudantes com quem ela trabalha são pessoas com demandas diferenciadas provocadas por alguma deficiência física ou mental. Então, ao pedir que falasse um pouco mais sobre as particularidades das crianças com autismo ela me explicou que o espectro tem vários níveis, como o leve, o moderado e o profundo, e que, dependendo do grau de autismo que a criança tem, ela apresenta determinadas características. Uma das características pode ser rigidez a mudanças repentinas e exigir previsibilidade no dia a dia para se manter estável. A criança socorrida por Eunice tinha essa necessidade, a escola já fazia parte da sua rotina, por isso, com a suspensão repentina das aulas presenciais e a restrição ao lar, a criança “perdeu o chão” entrando em sofrimento psíquico ao ponto de se automutilar.

A autolesão e a ideação suicida em pessoas com autismo são foco de muitos estudos e ainda há muito a se descobrir para melhor auxiliar essas pessoas. Nesta parcela da população a taxa de suicídio é elevada (Romano & Paravidini, 2022). Pesquisas no campo da saúde, indicam que não existe causa única que explique práticas de autolesão, ideação suicida ou suicídio, mas sim a interação entre inúmeros fatores biológicos, emocionais e ambientais que podem levar a pessoa com autismo a cometer atos tão extremos (Silva et al, 2025).

Na pandemia, a saúde se converteu na principal preocupação de toda a sociedade, tanto que isto aparece com muita força na fala dos docentes. No entanto, notei um diferencial: foi no relato das professoras que percebi o engajamento para solucionar questões de adoecimento dos estudantes que chegaram até elas. No caso dos professores, a questão da saúde dos estudantes também aparece, mas, nas falas deles, isto está ligado a uma preocupação com a sua própria saúde e a de seus familiares.

A pandemia exponenciou os trabalhos de cuidado devido a novos hábitos de higienização necessários para se proteger do coronavírus; com a recomendação de se evitar recorrer às unidades de saúde e hospitais⁶; e com a prolongada suspensão das

⁶ O que ocorreu principalmente quando as redes hospitalares ou funerárias estavam chegando ao limite da capacidade de atendimento à população ou quando entraram em colapso e fecharam as portas.



Plataformização Informal do Trabalho Docente na Amazônia Paraense durante a Pandemia da Covid-19: Choro, criança e panela de pressão

Ádima Farias Rodrigues Monteiro; Iara Monteiro Moraes; Robert Damasceno Monteiro Rodrigues

aulas presenciais em creches e escolas, eliminando assim o suporte estatal às famílias. Além disso, com as restrições de circulação entre as pessoas eliminou-se inclusive a possibilidade de se recorrer às redes de apoio e solidariedade mais íntimas e de afeto para os cuidados de crianças pequenas e idosos. E isso tudo, vale lembrar, em meio ao caos que a pandemia trouxe para a realidade, somando-se na vida das/os professoras/es a insuficiência das políticas educacionais do Estado e a pressão da sociedade sob tais profissionais, culpabilizando-os os pela precariedade do ensino que estava sendo “ofertado” aos estudantes.

A atenção das professoras Maria e Eunice com a saúde dos estudantes evidenciava a feminização do trabalho de cuidados. Na ausência de uma política pública voltada para atender à demanda de saúde mental dos estudantes das escolas públicas, os familiares e responsáveis recorreram às professoras. Na escola em que Eunice trabalhava, havia duas professoras e um professor de atendimento educacional especializado, mas foi à Eunice que a família recorreu.

Vale perceber que não é incomum familiares recorrerem às professoras para tratar de aspectos relacionados ao adoecimento dos estudantes. No entanto, me chamou atenção na conversa com os interlocutores que, embora estes familiares também tivessem acesso aos professores homens da escola, não era a eles que as famílias recorriam. Neste sentido, os exemplos ajudam a perceber a presença de um componente histórico das relações sociais no Brasil: uma imbricação entre feminização do magistério e a feminização do trabalho de cuidados.

Em nossa sociedade, o trabalho de cuidados e o trabalho doméstico são naturalizados como femininos, sejam eles remunerados ou não. Em trabalhos remunerados, as mulheres também são maioria em profissões associadas ao cuidado, como historicamente foi o caso da profissionalização do exercício do magistério (Louro, 2004). No Brasil, as mulheres ocupam 79% dos cargos de magistério na educação básica; em números absolutos, isso significa que, de um total de 2,3 milhões de profissionais, 1,8 milhões são professoras (Inep, 2023). Os números oficiais já mostram muito da nossa realidade e a minha experiência com as minhas interlocutoras durante o ensino remoto



Plataformização Informal do Trabalho Docente na Amazônia Paraense durante a Pandemia da Covid-19: Choro, criança e panela de pressão

Ádima Farias Rodrigues Monteiro; Iara Monteiro Moraes; Robert Damasceno Monteiro Rodrigues

nos permite complexificar a questão. No contexto da pandemia, a plataformização do trabalho docente esteve, também, relacionada à sobrecarga dos trabalhos doméstico e de cuidados sobre as mulheres professoras.

Plataformização do trabalho docente, interseccionalidade, trabalho de cuidados e trabalho doméstico na vida das professoras

Durante a pandemia, o trabalho de cuidado precisou ser intensificado. Enquanto a demanda de cuidados em casa aumentava devido os adoecimentos pela Covid-19, equipamentos públicos de atendimento a bebês, crianças e adolescentes, particularmente creches e escolas, tinham seu funcionamento presencial suspenso. E com bebês, crianças e adolescentes em casa, dobrava-se ou triplicava-se o trabalho de cuidado.

Segundo Helena Hirata (2020), o trabalho de cuidado pode ser definido como um “trabalho material, técnico e emocional atravessado por relações sociais de sexo, de classe, de raça, entre diferentes protagonistas: os provedores e provedoras do cuidado, de um lado, os beneficiários e beneficiárias do cuidado, de outro” (p. 26). No trabalho de campo, a partir do relato das nossas interlocutoras e interlocutores, ficou evidente que, durante a pandemia, o trabalho de cuidados recaiu principalmente sobre as mulheres.

Na pesquisa, encontramos professoras-mães cuidando de crianças ou adolescentes, professoras-filhas cuidando de sua mãe, professoras-mãe-esposa cuidando de sua filha e marido, professora na condição de mãe e de filha cuidando do filho adolescentes e de seus pais, ambos idosos e com problemas de saúde delicados, e todas as professoras, de modo geral, responsáveis pelo trabalho doméstico de suas casas, sendo poucas a compartilhar os afazeres com outras pessoas. Foram raros os relatos de professoras que dividiam com outros adultos o serviço de cuidados das filhas e/ou filhos e, quando apareceram relatos de professoras cuidadoras de idosos, esse trabalho é realizado tão somente por elas. Do mesmo modo, foi apenas na experiência de professoras que apareceram os estudantes como beneficiários de seus cuidados, a partir de iniciativas sem apoio da gestão escolar.

Com relação à realização do trabalho doméstico, foi frequente o relato de que as



Plataformização Informal do Trabalho Docente na Amazônia Paraense durante a Pandemia da Covid-19: Choro, criança e panela de pressão

Ádima Farias Rodrigues Monteiro; Iara Monteiro Moraes; Robert Damasceno Monteiro Rodrigues

professoras demitiram suas empregadas domésticas⁷ ou reduziram o número de atividades dessas trabalhadoras em suas residências. Segundo Gabrielle Tavares da Silva e Luísa Dantas (2021), as dispensas de trabalhadoras domésticas tiveram o maior índice no primeiro semestre de 2020 e, em alguns casos, as autoras, aportadas em dados do IBGE, refletem que essas dispensas não vieram acompanhadas da devida remuneração pelo tempo de serviço prestado por essas mulheres.

A imensa diversidade dos trabalhos de cuidados e a ambivalência entre as professoras mães e as empregadas domésticas por elas demitidas levou-nos a refletir sobre o conceito de “bipolarização do trabalho” feminino. Apoiando-se em Daniela Kergoat (2009), Hirata (2009) explica, em escala mundial, que a bipolarização do trabalho feminino é a sustentação do trabalho de mulheres em profissões de alto escalão pelo trabalho precarizado de trabalhadoras de cuidados e/ou de trabalhadoras domésticas. O ínfimo crescimento de postos de trabalho ocupados por mulheres em cargos executivos ou em profissões intelectualizadas é acompanhado do crescimento massivo da precarização do trabalho das mulheres, as quais passam a desenvolver cada vez mais trabalho de cuidados e trabalho doméstico, seja vinculada por uma jornada de 40 horas semanais ou por jornadas parciais de trabalho.

Neste ínterim, as mulheres que ocupam lugar de destaque em suas profissões acabam por delegar o trabalho de cuidados e o trabalho doméstico a elas atribuídas para outras mulheres que não tiveram a oportunidade de qualificar sua mão-de-obra. Com isso, o “sucesso” de empresárias, engenheiras, médicas, arquitetas, jornalistas, professoras universitárias, pesquisadoras e advogadas, entre outras, estaria contraditoriamente sustentado pelo trabalho doméstico e pelo trabalho de cuidados desenvolvido por mulheres com baixa remuneração salarial, com pouco ou nenhum direito garantido, trabalho este em expansão na mesma intensidade que a precarização do trabalho

⁷ Este trabalho no Brasil é um resquício do período da escravidão quando mulheres negras escravizadas eram alocadas na casa do Senhor para fazer os trabalhos que as senhoras brancas se recusavam a fazer. Apesar de termos passado para o período republicano e oficialmente ter sido “abolida” a escravidão no Brasil, não houve por parte do Estado brasileiro políticas para inserir ex-escravizadas e ex-escravizados nas novas relações de trabalho. Assim até hoje essa profissão existe e é ocupada, predominantemente, por mulheres negras. Para se aprofundar no assunto, ler: Kehl, 2023; Dantas 2016; e Macedo, 2021.



Plataformização Informal do Trabalho Docente na Amazônia Paraense durante a Pandemia da Covid-19: Choro, criança e panela de pressão

Ádima Farias Rodrigues Monteiro; Iara Monteiro Moraes; Robert Damasceno Monteiro Rodrigues

feminino.

Assim, retomamos a experiência de nossas interlocutoras quando muitas relataram que dispensaram suas empregadas domésticas, evidenciando que durante o ensino remoto essa bipolarização analisada na vida das professoras da educação básica e trabalhadoras domésticas ficou ainda mais acentuada, agravando as condições de vida nos dois polos. As empregadas domésticas se viram desempregadas e com tempo livre para cuidar dos seus. Mas como cuidar do sustento de sua família sem uma fonte de renda? No outro polo, as professoras mães, filhas e/ou esposas que já tinham uma jornada de trabalho remunerado exaustiva, agravada no ensino remoto pelas inúmeras exigências burocráticas do Governo do Estado e pela plataformização do trabalho, se viram sobrecarregadas e desempenhando inúmeros trabalhos de cuidados e o trabalho doméstico.

Em outras palavras, a feminização do magistério é acompanhada pela pauperização das trabalhadoras domésticas e/ou cuidadoras. Esta dinâmica retroalimenta pensamentos, atitudes e políticas que se fundamentam na ideia de que estas profissões são desenvolvidas por mulheres, não por competência ou qualificação para desenvolvê-las, mas porque elas seriam propensas aos trabalhos de cuidados, como se essas habilidades de cuidar (Hirata, 2005) e de educar (Vianna, 2013; Louro, 2014) fossem habilidades naturais oriundas da maternidade, mascarando relações desiguais de gênero e de trabalho.

Neste sentido, a reflexão conflituosa entre cuidar de si e cuidar do outro nos leva a pensar sobre como as professoras mães, filhas e/ou esposas, além de sobrecarregadas pelas inúmeras exigências do Governo do Estado para a implementação do ensino remoto, lidaram com mais sobrecargas de trabalho: o trabalho doméstico, dos serviços de cuidados com seus familiares, as atividades escolares de seus filhos/as e as demandas de saúde das/dos estudantes, o que, conforme Fernandes (2025), caracteriza jornada de trabalho de fluxo tensionado, na qual o trabalho se estende para o tempo de não-trabalho, diluindo a fronteira entre atividade laboral e espaço da vida privada, bem como por meio do uso de tecnologias de informação e comunicação. A figura que representa o padrão –



Plataformização Informal do Trabalho Docente na Amazônia Paraense durante a Pandemia da Covid-19: Choro, criança e panela de pressão

Ádima Farias Rodrigues Monteiro; Iara Monteiro Moraes; Robert Damasceno Monteiro Rodrigues

neste caso, o Governo do Estado – consegue terceirizar a gestão, os gastos e os riscos para o/a trabalhador/a.

Um outro elemento invisível à sociedade e, por isso muito importante de ressaltar, é a carga de trabalho emocional que as professoras vivenciaram no ensino remoto. Se ver “obrigada” a atender um estudante após a meia-noite, como ocorreu com Maria, por ter sido alertada que aquele estudante estava em um quadro depressivo, ou como ocorreu com Eunice que se deslocou até a casa de um estudante quando ainda não existia vacina para minimizar os efeitos do coronavírus, preocupada com o alto índice de suicídio entre crianças autistas, demonstra que estas professoras assumiram uma posição de cuidar da saúde dos estudantes, mesmo não sendo uma atribuição de sua profissão. Ao fazer isso, elas estão assumindo o cuidado perigoso (Pimenta, 2019) e “compensando” uma falta de atuação do Estado quanto às políticas de saúde necessárias para atender demandas de saúde mental.

Analisar as experiências de docentes da educação básica da Região Metropolitana de Belém durante a pandemia no período em que o trabalho docente foi plataformizado, quando os professores e professoras passaram a “ensinar” mediados por tecnologias de comunicação a partir de suas casas, evidenciou inúmeras contradições já pré-existentes na sociedade, como a feminização do trabalho doméstico, do trabalho de cuidados, do trabalho de ensinar e sua imbricação com a feminização do magistério; e o modo como a gestão do Estado interferiu na educação básica, delegando às professoras mães, filhas e/ou esposas responsabilidades que não competem à profissão de educadora, cristalizando relações sociais fundamentadas na desigualdade de gênero.

Considerações Finais

A pandemia incidiu sobre contradições e desigualdades já existentes, tornando-as mais complexas à medida em que o Estado não conseguiu conter os efeitos da crise sanitária nem garantiu o funcionamento adequado dos serviços públicos. Isso se evidenciou especialmente na educação pública. Para a educação básica e demais



Plataformização Informal do Trabalho Docente na Amazônia Paraense durante a Pandemia da Covid-19: Choro, criança e panela de pressão

Ádima Farias Rodrigues Monteiro; Iara Monteiro Moraes; Robert Damasceno Monteiro Rodrigues

modalidades, adotaram-se atividades pedagógicas não presenciais, baseadas na impressão de materiais ou no uso de meios digitais, conjunto que se popularizou como ensino remoto. Neste formato, o acesso às tecnologias de informação e comunicação tornou-se tão importante quanto a presença da professora e do estudante. Com internet e dispositivos adequados, ambos poderiam interagir de qualquer lugar. No entanto, a Seduc não providenciou a logística necessária para viabilizar o modelo conforme estabelecido.

Contraditoriamente, mesmo sem oferecer as tecnologias indispensáveis para aulas síncronas, a Secretaria de Educação pressionava gestoras e gestores que, por sua vez, pressionavam professoras e professores para que as atividades também ocorressem virtualmente. Muitos docentes assumiram para si os custos da logística, adquirindo internet mais eficiente e equipamentos que permitissem o uso das plataformas digitais, ainda que isso levasse ao endividamento. Para a maioria dos estudantes e responsáveis, entretanto, era impensável assumir tais custos, o que evidenciou a desigualdade de renda entre os docentes e os responsáveis pelos estudantes. Em geral, as atividades pedagógicas eram devolvidas pelos estudantes à noite ou nos finais de semana, quando conseguiam ter acesso ao aparelho de um responsável ou à internet compartilhada de parentes ou vizinhos.

A incompatibilidade no acesso às tecnologias entre profissionais e estudantes somada à cobrança pelo uso das plataformas virtuais nas atividades não presenciais gerou sobre os docentes uma pressão intensa e o completo desequilíbrio de seus horários de trabalho. As fronteiras da privacidade também foram apagadas, já que muitas vezes seus contatos pessoais passaram a ser utilizados para a comunicação com estudantes. Este cenário expôs, de forma contundente, como a ausência de estrutura estatal impactou o cotidiano escolar e agravou as desigualdades já existentes.

O Estado, ao não garantir recursos financeiros para viabilizar as tecnologias de informação e comunicação indispensáveis ao ensino remoto durante a pandemia, exerceu um modo de governar pela escassez, planejando sua própria omissão diante das condições necessárias à execução da política. Com isso, aprofundou a precarização da



Plataformização Informal do Trabalho Docente na Amazônia Paraense durante a Pandemia da Covid-19: Choro, criança e panela de pressão

Ádima Farias Rodrigues Monteiro; Iara Monteiro Moraes; Robert Damasceno Monteiro Rodrigues

educação pública, tanto no acesso quanto nas condições de trabalho docente. Esta ausência de suporte levou à plataformização informal do trabalho docente, com professoras e professores assumindo custos financeiros da infraestrutura para realizar as aulas, flexibilizando totalmente seus horários e realizando todas as atividades a partir de suas casas. O ensino remoto impactou diretamente as suas vidas e as de seus familiares, fazendo emergir contradições pré-existentes que se intensificaram no ambiente doméstico.

Os/as docentes tiveram de adaptar suas casas como locais de trabalho, algo não totalmente novo, mas que se intensificou quando o planejamento das aulas passou a ser interrompido a qualquer momento e exigiu novas habilidades digitais. A realização integral das atividades laborais no espaço doméstico também evidenciou desigualdades de gênero nas experiências relatadas, especialmente diante das dificuldades pedagógicas e da adaptação aos meios digitais. A necessidade de uma sala específica, as dificuldades de concentração e o medo diante da pandemia afetaram a todos. Um único professor mencionou ainda o desafio de conciliar as aulas com tarefas domésticas, embora reconhecesse que sua esposa era quem gerenciava essas atividades, lembrando-o constantemente das responsabilidades compartilhadas.

Ao ouvir as mulheres, percebemos que as dificuldades para as professoras foram maiores. Além dos desafios pedagógicos decorrentes da dependência das tecnologias de informação e comunicação, elas enfatizaram as dificuldades de conciliar múltiplas rotinas de trabalho a partir de casa. Sobre elas recaíram também o trabalho doméstico, o trabalho de cuidados e, para aquelas com filhos em idade escolar, o encargo adicional de “dar aula” para suprir as limitações impostas pelo ensino remoto. As que antes contavam com trabalhadoras domésticas ou cuidadoras tiveram de dispensá-las ou reduzir sua presença, fazendo com que tarefas antes remuneradas recaíssem de forma naturalizada sobre elas.

Muitas professoras relataram inicialmente a dificuldade de conciliar atividades docentes, trabalho doméstico e cuidados, sem questionar por que recaía sobre elas essa tripla ou até quadrupla jornada. Quando eram também mães de adolescentes ou responsáveis por pais idosos, acumulavam o cuidado de várias pessoas, a administração



Plataformização Informal do Trabalho Docente na Amazônia Paraense durante a Pandemia da Covid-19: Choro, criança e panela de pressão

Ádima Farias Rodrigues Monteiro; Iara Monteiro Moraes; Robert Damasceno Monteiro Rodrigues

da casa e o atendimento constante a estudantes e às demandas burocráticas da Seduc. Outro elemento marcante foi a demanda de familiares de estudantes para que auxiliassem em questões de saúde das crianças e adolescentes. Mesmo reconhecendo que isso ultrapassava suas atribuições, várias professoras prestaram ajuda por senso de responsabilidade.

Ficou evidente que, na pandemia, o trabalho de cuidados seguiu socialmente associado às mulheres, e as professoras não escaparam a essa lógica. Com o ensino remoto e a plataformização informal do trabalho, desapareceram as fronteiras entre escola e casa, enquanto a suspensão presencial dos serviços públicos de cuidados e educação sobrecarregou ainda mais o ambiente doméstico. O Estado valeu-se disso ao retardar o retorno das atividades escolares, sustentando-se no fato de que mães — entre elas, as professoras — trabalhavam de casa e supriam a ausência estatal. Assim, entre rotinas domésticas e demandas profissionais, a casa tornou-se extensão precária das políticas públicas, produzindo contradições vividas no núcleo familiar e que, ao final, favoreceram tanto os conglomerados de tecnologia quanto o Governo do Estado do Pará.

Referências

Abílio, Ludmila Costhek; Amorim, Henrique; Grohmann, Rafael. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, ano 23, n. 57, p. 26-56, 2021.

ARRUDA, Eucidio. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. *Em rede*, v.7 n. 1. 2020. p.257-275.

Dantas, Luísa Maria Silva. **As domésticas vão acabar? Narrativas biográficas e o trabalho como duração e intersecção por meio de uma etnografia multi-situada – Belém/PA, Porto Alegre/RS e Salvador/BA**. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Brasil: a inserção das mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Dieese, 2021. Disponível em [Dieese](#). Acesso em: 02 fev. 2022.

Fernandes, Isabela Wender Lourenço. Tempos de trabalho e não-trabalho a partir do fluxo tensionado. **Áskesis**, v. 14, n. 1, p. 378-398, 2025.



Plataformização Informal do Trabalho Docente na Amazônia Paraense durante a Pandemia da Covid-19: Choro, criança e panela de pressão

Ádima Farias Rodrigues Monteiro; Iara Monteiro Moraes; Robert Damasceno Monteiro Rodrigues

Gestrado/Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE). **Trabalho docente em tempos de pandemia**. Relatório técnico. Belo Horizonte: Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente; Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, 2020.

Hirata, Helena. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**, ano 11, n. 21 jan/jun, p. 24-41, 2009.

Hirata, Helena. Comparando relações de cuidado: Brasil, França, Japão. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 98, p. 25-40, 2020.

Hirata, Helena. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. **Trabalho Necessário**, ano 16, n. 29, p. 14 – 27, 2018.

Hirata, Helena. Globalização, trabalho e gênero. **Políticas Públicas**, v. 9, n.1, p. 111-128, 2005.

Hirata, Helena. Subjetividade e sexualidade no trabalho de cuidado. **Cadernos Pagu**, (46), janeiro - abril, p. 151-163, 2016.

Hirata, Helena. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Caderno CRH**, v. 24, n. spe 01, p. 15-22, 2011.

HODGES, Charles; MOORE, Stephanie; LOCKEE, Barb; TRUST, Torrey; BOND, Aaron. The difference between emergency remote teaching and online learning. *Educause Review*, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://er.educause-between-emergency-remote-teaching-and-onlinelearning>.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/institucional/professoras-sao-79-da-docencia-de-educacao-basica-no-brasil> . Professoras são 79% da docência de educação básica no Brasil, 2023. Disponível em Inep (COLOCAR LINK DIRETO PARA O TEXTO EM CIMA DA PALAVRA INEP) Acesso em: 05 jan. 2024. FEito

Kehl, Maria Rita. Duas sinhas. In: Kehl, Maria Rita. **Tempo esquisito**. São Paulo: Boitempo, 2023.

Kergoat, Daniele. Verbete: Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: Hirata, Helena; Laborie, Françoise; Le Doaré, Hélène; Senotier, Danièle. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp, p.67-75, 2009.



Plataformização Informal do Trabalho Docente na Amazônia Paraense durante a Pandemia da Covid-19: Choro, criança e panela de pressão

Ádima Farias Rodrigues Monteiro; Iara Monteiro Moraes; Robert Damasceno Monteiro Rodrigues

Kergoat, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos Cebrap**, 86, março, p. 93-103, 2010.

Lins, Beatriz; Machado, Bernardo; Escoura, Michele. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola**. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

Louro, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2014.

Louro, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: Del Priore, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 443-481.

Macedo, Renata. Mourão. Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 34, p. 262–280, 2021.

Nunes, Júlia. Veja as profissões com os piores salários no Brasil: professor de pré-escola lidera a lista. **G1**, 17 out. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2023/10/17/veja-as-profissoes-com-os-piores-salarios-no-brasil-professor-de-pre-escola-lidera-a-lista.ghtml> G1 (COLOCAR LINK DIRETO PARA A MATÉRIA EM CIMA DE G1). Acesso em: 15 abr. 2024. – Feito

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. Ensino remoto ou ensino a distância: efeitos da pandemia. *Estudos universitários: revista de cultura, recife*, v. 37, n.1/2. 2020. p. 58-70. -

Parreiras, Carolina; Macedo, Renata Mourão. (NOMES COMPLETOS) Desigualdades Digitais e Educação no Brasil durante a Pandemia de Covid-19: Uma breve reflexão sobre os desafios do Ensino Remoto. **Digital Culture & Education**, 2020b. Disponível em Digital Culture & Education: <https://www.digitalcultureandeducation.com/reflections-on-covid19/digital-inequalities-and-education-in-brazil> (COLOCAR O LINK DIRETO PARA O TEXTO NO NOME DA PUBLICAÇÃO). Acesso em: 03 nov. 2023 FeiTO.

Parreiras, Carolina; Macedo, Renata Mourão. Desigualdades Digitais e Educação: breves inquietações pandêmicas. In: Grossi, Miriam Pillar; Toniol, Rodrigo (orgs.) **Cientistas Sociais e o Coronavírus**[recurso eletrônico]. – 1ª ed. – São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. p. 632-636. Disponível em [Anpocs](#). Acesso em: 20 de set. 2023. 2020ª.p.485-491. – Eliminei duplicacao e inserir nomes completos

Peirano, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, 2014.

Pimenta, Denise. **O cuidado perigoso: tramas de afeto e risco na Serra Leoa (a epidemia do ebola contada pelas mulheres, vivas e mortas)**. Tese (Doutorado em Antropologia Social), São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019.



Plataformização Informal do Trabalho Docente na Amazônia Paraense durante a Pandemia da Covid-19: Choro, criança e panela de pressão

Ádima Farias Rodrigues Monteiro; Iara Monteiro Moraes; Robert Damasceno Monteiro Rodrigues

Romano, Lucas & Paravidini, João. Da anulação no discurso à eliminação em ato: o sofrimento do sujeito e o ato suicida no autismo. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 32, n.3, p. 1-15, 2022.

Silva, Gabrielle; Dantas, Luísa. Idas e vindas e vidas: cotidiano e trabalho doméstico remunerado durante a pandemia da Covid-19 em Belém/PA. **Gênero na Amazônia**, 2021. Disponível em [UFBA](#). Acesso em: 10 fev. 2023.

Silva, Lucas; Carvalho, Liebert; Dias, Eurides; Foganholi, Rodrigo. Explorando a complexidade do Comportamento Autolesivo no transtorno do espectro do autismo: uma revisão sistemática. **Revista Neurociências**, n. 33, p. 1-21, 2025.

Vianna, Cláudia Pereira. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: Yannoulas, Silvia Cristina (org.). **Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações**. Brasília: Abaré, 2013, p. 159-180.

Data de submissão: 24 de novembro de 2025

Data de aceite: 04 de março de 2026

Como citar este artigo de artigo com a ABNT:

MONTEIRO, Ádima Farias Rodrigues; MORAES, Iara Monteiro; RODRIGUES, Robert Damasceno Monteiro. Plataformização informal do trabalho docente na Amazônia Paraense durante a pandemia da Covid-19: choro, criança e panela de pressão. **Áskesis**, v. 15, n. 1, p. 98-122, jan./jun., 2026. DOI: 10.14244/2238-3069.2026/58.